



Número: **0600340-43.2020.6.16.0161**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **19/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600338-73.2020.6.16.0161**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600340-43.2020.6.16.0161, que julgou procedente a representação por propaganda eleitoral irregular e condenou o representado a pena de multa, a qual fixo ao mínimo legal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos artigos 57-B, §5º da Lei 9504/97 e 28, §5º, da Resolução 23.610/2019, do TSE. (Representação com Pedido De Liminar ajuizada pelo partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB em face de Jorge Luiz Ramos, com fulcro na Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019, do TSE, art. 29, §2º, alegando, em síntese, que o Requerido, vem realizando propaganda eleitoral de forma indevida e irregular quando posta sua divulgação da propaganda em seu sitio particular, sem o devido cadastramento, junto a Justiça Eleitoral, conduta está totalmente proibida pela lei eleitoral vigente. A conduta realizada pelo Requerido é vedada expressamente pela legislação eleitoral e é bastante explícita, haja vista que na simples abertura da página do seu Facebook particular, aparece imediatamente a propaganda do candidato a vereador em primeiro plano (foto de perfil e capa). Saliente-se ainda que a referida propaganda eleitoral divulga de forma bastante evidente sua foto e em números maiores o pedido do voto para sua candidatura a vereador para o Município de Guaratuba e essa atuação demonstra claramente o benefício que se busca com a presente divulgação. A Legislação eleitoral é bastante específica quanto a propaganda, não impede e nem proíbe que seja realizada, entretanto, as regras impostas devem ser seguidas por todos para que candidatos com maior potencial financeiro ou político venham a tornar a disputa desequilibrada, sendo que as normas buscam o equilíbrio e a igualdade de condições para todos que concorrem aos cargos políticos em disputa, sob as penas da leis. Segue conteúdo do post: "Rumo ao novo, com a força do povo, Para vereador Jorge Ramos10333 Republicanos, Mauricio Lense Prefeito Cidadania 23"). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                                                            | Procurador/Terceiro vinculado                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| JORGE LUIZ RAMOS (RECORRENTE)                                                     | SOLANGE MIRO VIANNA SPRUNG (ADVOGADO)<br>LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO (ADVOGADO)<br>LUIGI GIOVANI DE PAULA (ADVOGADO)<br>RODRIGO DE LIMA ALVES (ADVOGADO) |
| PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - GUARATUBA - PR - MUNICIPAL (RECORRIDO) | CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA (ADVOGADO)<br>ORLEY WILSON PACHECO (ADVOGADO)                                                                                |
| LAOCLARCK ODONIZETTI MIOTTO (RECORRIDO)                                           | ORLEY WILSON PACHECO (ADVOGADO)<br>CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA (ADVOGADO)                                                                                |

|                                                |                    |                          |          |
|------------------------------------------------|--------------------|--------------------------|----------|
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) |                    |                          |          |
| Documentos                                     |                    |                          |          |
| Id.                                            | Data da Assinatura | Documento                | Tipo     |
| 22900616                                       | 16/12/2020 19:08   | <a href="#">Despacho</a> | Despacho |



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548):0600340-43.2020.6.16.0161

RECORRENTE: JORGE LUIZ RAMOS

Advogados do(a) RECORRENTE: SOLANGE MIRO VIANNA SPRUNG - PR0015948, LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO - PR0030294, LUIGI GIOVANI DE PAULA - PR0076398, RODRIGO DE LIMA ALVES - PR0084310

RECORRIDO: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - GUARATUBA - PR - MUNICIPAL, LAOCLARCK ODONIZETTI MIOTTO

Advogados do(a) RECORRIDO: CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA - PR0078561, ORLEY WILSON PACHECO - PR0033776

Advogados do(a) RECORRIDO: ORLEY WILSON PACHECO - PR0033776, CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA - PR0078561

RELATOR: FERNANDO QUADROS DA SILVA

## DECISÃO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por JORGE LUIZ RAMOS em face da sentença (ID. 12654916) prolatada pelo Juízo da 161ª Zona Eleitoral de Guaratuba-PR que, julgando procedente a representação por propaganda eleitoral extemporânea proposta pela COLIGAÇÃO GUARATUBA DE CARA NOVA, condenou o representado ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos artigos 57-B, §5º da Lei 9504/97 e 28, §5º, da Resolução 23.610/2019, do TSE.

Em razões recursais (ID. 12655266), o recorrente alega que entendia estar regular com seu registro de seu endereço digital e que, tão logo foi informado da irregularidade, tomou as medidas necessárias para atender a lei.

Aduz que o reconhecimento da real intenção do impugnado não pode ser ignorada, não houve má-fé, e isto está nítido.



Advoga que punir o equívoco extrapola a vontade do legislador, o que a lei pretende é evitar o desequilíbrio, a deslealdade e não a inviabilização econômica de dar andamento a uma campanha digna de um candidato.

Por fim, requer a reforma da sentença para afastar a condenação.

Contrarrazões pela recorrida (ID. 12655566), requerendo a manutenção da sentença bem como aplicação das penas por litigância de má-fé.

Encaminhado os autos à d. Procuradoria Regional Eleitoral, foi oferecido parecer (ID. 20421966) opinando pelo não conhecimento do recurso, por ser intempestivo.

É o relatório.

Passo a decidir, o que faço com fulcro no disposto no artigo 31 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

A Procuradoria Regional Eleitoral suscitou preliminar de intempestividade do recurso eleitoral interposto.

Com efeito, o § 8º do art. 96 da Lei das Eleições estabelece o prazo de 01 (um) dia para a interposição de recurso contra as decisões proferidas em sede de representação ajuizada em decorrência de infração às suas disposições.

No caso, tem-se que a sentença impugnada foi publicada no Mural Eletrônico (ID. 12655166) em 15 de outubro de 2020 (quinta-feira), de tal sorte que o termo final para apresentação do recurso seria em 16 de outubro de 2020 (sexta-feira).

É de se consignar, por oportuno, que durante o período eleitoral, iniciado no dia 26 de setembro, os prazos são contínuos e peremptórios, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados, nos termos do art. 8º, I, Res. TSE nº 23.624/2020.

Logo, encontra-se intempestivo o recurso em análise, eis que só foi protocolizado em 18 de outubro de 2020 (domingo).

Diante do exposto, **não conheço** do recurso, por ser intempestivo.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Curitiba, 16 de dezembro de 2020.

Fernando Quadros da Silva

**RELATOR**

